

Plano propõe combate à pobreza

Mas mantém principais eixos da economia, como a privatização e preços liberados

MARIZETE MUNDIM

O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, encaminhou, na última terça-feira, a todos os ministros, uma minuta do plano econômico de médio e longo prazo, onde todas as ações têm como principal eixo o combate à pobreza. O documento, "Diretrizes para a Ação do Governo", em suas 50 páginas, lista entre as principais prioridades o incentivo à produção de medicamentos básicos, à produção de bens e serviços populares, redução dos custos da cesta básica, o estímulo à criação de emprego urbano e a retomada do crescimento econômico.

Os ministros terão prazo até a próxima semana para formular críticas ao documento e apresentar sugestões e, só depois de ter consolidado eventuais mudanças, em consequência do posicionamento do Ministério, o plano será apresentado ao Presidente em exercício, Itamar Franco. As linhas gerais da economia são mantidas, com a liberalização econômica, a privatização e a liberdade de preços. O documento, nesta fase, não adota metas, mas apenas diretrizes para as ações do governo.

A novidade, segundo um assessor do ministro Paulo Haddad, é que, depois de submetido ao Presidente, o plano será amplamente discutido com a sociedade, através da instalação de "fóruns" temáticas. São cerca de 12 fóruns, entre eles um para discutir as propostas de reestruturação industrial; outro exclusivamente para saneamento; seguridade social; estratégias para a retomada do crescimento. Todas as prioridades serão debatidas com a sociedade,

Edson Gês



Haddad aguarda críticas

inclusive audiências públicas que serão realizadas, preferencialmente, no Congresso.

Em dezembro, o documento será submetido ao Presidente e, durante os meses de janeiro e fevereiro, cada ministro (que coordenará os programas mais ligados à sua pasta) formulará projetos concretos, seguindo as diretrizes expostas no plano. A partir de fevereiro, acreditam os técnicos, estes projetos já poderão ser apresentados para debate nos fóruns. Eles serão abertos a quem queira participar e no de Ciência e Tecnologia, por exemplo, o governo espera contar com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Instrumentos — a minuta do documento encaminhada ontem aos ministros do governo tem dois anexos que detalham as prioridades de governo e os instrumentos disponíveis para alcançá-las. En-

tre os instrumentos, estão financiamentos dos bancos oficiais, renúncias fiscais e investimentos das estatais direcionados para o atingimento das prioridades.

O ministro Paulo Haddad já havia estimado que, para acabar com a pobreza absoluta no País, que atinge cerca de 43 milhões de brasileiros, seria necessário investir, anualmente, 3% do Produto Interno Bruto (PIB) durante 15 anos. Seus assessores garantiram ontem que, somando todos os instrumentos disponíveis (como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e demais bancos estatais, recursos orçamentários, renúncia fiscal, etc.), os recursos podem até superar 3% do PIB. Os bancos oficiais, segundo estes assessores, têm uma capacidade de financiamento de US\$ 40 bilhões por ano. Mas as políticas sociais compensatórias, por exemplo, terão que ser custeadas exclusivamente com recursos orçamentários.

"Quando defendemos a redução do custo da cesta básica, não significa, necessariamente, que o governo vá subsidiar estes produtos. O plano é abrangente e estabelece políticas convergentes, que resultarão no custo menor da cesta básica, seja pelo aumento da oferta, seja por outro meio", resumiu um assessor do Ministro do Planejamento.

A reestruturação do setor produtivo também foi eleita como prioridade. Ela implicará recuperação de vantagens comparativas que a indústria veio perdendo na última década. Investimento em tecnologia, formas alternativas de energia, informática e modernização da gestão são importantes.